São Paulo, 21 de agosto de 2026

Ao **Complexo Assistencial Cairbar Schutel - CACS.**

Aos diretores e conselheiros

Prezados Senhores,

Por meio deste, encaminhamos aos cuidados de V.S.a, o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2025** da **Complexo Assistencial Cairbar Schutel - CACS**, acompanhado das demonstrações contábeis, que incluem notas explicativas, elaboradas pela sua administração.

Atenciosamente,



Ed Carlos Fonseca

Contador Responsável

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Alcance

Examinamos as demonstrações financeiras do Complexo Assistencial Cairbar Schutel - CACS. ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião Adversa

Em nossa opinião, devido à relevância dos assuntos discutidos no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião adversa", as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Complexo Assistencial Cairbar Schutel - CACS em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especialmente às aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002) e às aplicáveis às Pequenas e Médias empresas (NBC TG 1000).

Base para Opinião Adversa

1) Conforme estabelecido nas seções 10, 12, 13, 16 e 19 da norma ITG 2002 (R1) Entidades sem finalidade de Lucros, a Entidade deve reconhecer em seu resultado de cada exercício as doações, gratuidades e trabalho voluntário recebidos e prestados. Entretanto para o exercício de janeiro a dezembro de 2024 foram reconhecidos apenas as doações recebidas em equivalentes de caixa e voluntariado referente aos conselheiros e presidente, conforme destacada na nota explicativa 2.f. e 12. A entidade, conforme descrito nas suas notas de contexto operacional, é voltada para conceção de serviços e atividades filantrópicas e beneficentes, muitas dessas subsidiadas por recebimento de tempo e serviços e voluntários, representando significativa parte de sua atividade, porém, não foi possível quantificarmos esses valores de receitas, custos e despesas, e, portanto, ficamos limitados quanto aos impactos às demonstrações da entidade.
2) De acordo com o as seções 10 e 12 da norma ITG, a Entidade também deve reconhecer em suas contas patrimoniais, as doações não monetárias recebidas ou ainda bens duráveis, ou serviços agregados à bens duráveis, que passem a ser de posse e propriedade da entidade. Verificamos que em 31/12/2025 a entidade possui bens de natureza imobilizada, assim como bens de natureza de estoque, que são posteriormente ofertados à sociedade por meio de bazares, que não foram corretamente quantificados e não estão refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Devido à ausência de informações e documentos suficientes, ficamos limitados quanto a eventual valoração desses bens, e consequentemente os impactos no ativo, circulante e não circulante, assim como resultado do exercício e patrimônio social da entidade.

3) Conforme determinado pela Seção 17 da ITG 1000, itens 17.15A, 17.16 a 17.25 as entidades devem reconhecer o valor de seu imobilizado líquido de depreciação, considerando o valor residual de seus ativos imobilizados e eventuais reduções a valor recuperável conforme necessário. A entidade, conforme notas 2.d) e 5, não efetuou avaliação da vida útil de seus bens, tão pouco valor residual ou análise de redução ao valor recuperável, não registrando em seu resultado operacional despesa com depreciação ano a ano, assim, superavaliando seu ativo imobilizado em detrimento de uma superavaliação do resultado do exercício e de seu patrimônio líquido. Devido à ausência de informações e documentos suficientes, ficamos limitados quanto a eventual valoração desses impactos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

Outros assuntos
Valores Correspondentes

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores estão sendo apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas em relatório emitido em 10 de abril de 2026 com opinião adversa, e continha as seguintes ressalvas: Ausência do reconhecimento dos voluntariados e gratuidades recebidas e prestadas; e falta do reconhecimento das doações não monetárias (estoques e imobilizados). Desta forma a leitura das demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 deve considerar os efeitos e possíveis efeitos citados naquele relatório quanto aos valores comparativos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam

as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP, 21 de agosto de 2026

Gorioux Faro Auditores Independentes S/S

CRC 2SP 023.512/O-0

CVM 12831

CNAIPJ 0254



Ed Carlos Fonseca

CRC 1SP 336.697/O-1

CNAI 8423

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(preparadas pela Administração)

COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL - CACS
BALANÇO PATRIMONIAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores em reais (R$)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				**CIRCULANTE**			
Caixa e Equivalentes de Caixa	**3**	869.342	855.264	Contas a pagar	**6**	-	5.106
Outros créditos	**4**	6.131	7.063	Obrigações trabalhistas	**7**	121.024	93.204
TOTAL CIRCULANTE		**875.473**	**862.327**	Obrigações tributárias	**8**	703	2.419
				TOTAL CIRCULANTE		**121.727**	**100.729**
NÃO CIRCULANTE				**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**			
Imobilizado	**5**	272.986	218.675	Patrimônio Social	**9**	980.272	1.080.938
		272.986	**218.675**	Superávit do Exercício	**9**	46.460	(100.666)
						1.026.732	**980.272**
TOTAL DO ATIVO		**1.148.459**	**1.081.001**	**TOTAL DO PASSIVO**		**1.148.459**	**1.081.001**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL - CACS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores em reais (R$)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com restrição	**10**	1.268.600	1.205.564
Receitas sem restrição	**11**	763.777	708.788
Receita de Trabalho Voluntário	**12**	30.807	30.807
Receita com emendas parlamentares	**13**	-	300.000
Total de receitas		**2.063.184**	**2.245.159**
Custo das Operações (CDI)	**16**	(1.309.235)	(1.620.884)
Resultado Operacional Bruto		**753.949**	**624.275**
Despesas Administrativas (Sede)	**17**	(770.825)	(777.115)
Trabalhos Voluntários	**12**	(30.807)	(30.807)
Resultado Operacional Líquido		**(47.683)**	**(183.647)**
Receitas financeiras	**18**	94.143	82.981
Resultado Financeiro		**94.143**	**82.981**
Superávit Líquido		**46.460**	**(100.666)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL - CACS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores em reais (R$)

	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldos iniciais em 31.12.2023	**793.289**	**287.650**	**1.080.938**
Déficit do exercício	-	(100.666)	(100.666)
Incorporação do superávit do exercício	287.650	(287.650)	-
Saldos finais em 31.12.2024	**1.080.939**	**(100.666)**	**980.272**
Superávit do exercício	-	46.460	46.460
Incorporação do superávit do exercício	(100.666)	100.666	-
Saldos finais em 31.12.2025	**980.273**	**46.460**	**1.026.732**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL - CACS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores em reais (R$)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit do Período	**46.460**	**(100.666)**
Ajuste ao resultado		
Depreciação	7.380	1.453
	53.840	**(99.213)**
Aumento (Diminuição) de passivos Circulantes		
Fornecedores	(5.106)	3.359
Obrigações sociais e trabalhistas	27.820	77.139
Obrigações tributárias	(1.716)	2.310
	20.998	**82.809**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(61.691)	(21.234)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
	-	-
Aumento (Diminuição) Líquida do Caixa	**13.146**	**(37.638)**
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	862.327	899.965
Saldo de caixa e equivalentes no fim do exercício	875.473	862.327
Aumento liquido de caixa e equivalentes a caixa	**13.146**	**(37.638)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL
CNPJ: 62.909.114/0001-06

"Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O CACS - COMPLEXO ASSISTENCIAL CAIRBAR SCHUTEL, organização da Sociedade Civil — (OSC) sem fins lucrativos, foi constituído em 08 de fevereiro de 1963, desenvolvendo programas sociais que beneficiam crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

Em 30 novembro de 1981 foi declarado Instituição de Utilidade Pública Federal — Decreto n° 86.668, de 30.11.81. Em consequência, está imune a cobrança de Impostos e Contribuições de acordo com o que determina o Artigo 150, inciso VI, alínea C e Artigo 195, parágrafo 7.o, ambos da Constituição Federal de 1988;

Em 27 de dezembro de 1966 foi declarado instituição de Utilidade Pública Estadual, através da Lei n° 10.341, de 27.12.68;

Em 22 de maio de 1970 foi declarado instituição de Utilidade Pública Municipal, através do Decreto n° 9.795, de 26.05.70.

Certificado de matrícula na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social/SP - SMADS - registro n° 02.395;

Certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social/SP COMAS — registro n° 232/2011;

Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP CMDCA — registro n° 0421/CMDCA/1994;

Registro no Conselho Estadual de Assistência Social/SP CONSEAS — registro n° 0311/SP/2000;
Registro no Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades/SP CRCE — registro n° 0755/2015;
Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social do MEC CEBAS- registro n° 71000.046332/2017-35;
Alvará da Vigilância Sanitária/SP — Licença de Funcionamento n° 355030801-880-000920-1-0;
Registro no Grande Conselho Municipal do Iodoso/SP GCMI - registro n° GCMI/464/21.
O CACS Complexo Assistencial Cairbar Schutel, organização social sem fins lucrativos, foi criado há 60 anos movido pela busca de uma sociedade mais justa e com mais oportunidades, trabalhando para resgatar a dignidade e fomentar a autonomia de pessoas em situação de vulnerabilidade, desenvolvendo programas sociais de que beneficiam crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMOSTRAÇÖES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade — ITG 2002 específica para Entidades sem Finalidades de Lucros. A demonstração financeira foi autorizada pela administração em 21/08/2026.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas devem ser registradas considerando o regime de competência dos eventos relacionados. Em alguns casos o regime de caixa condiz com o correto regime e período de competência de algumas receitas e despesas, porém, de modo geral, a aplicação do regime no9 registros da entidade segue o regime financeiro de caixa.

c) Instrumentos financeiros

A entidade não possui instrumentos financeiros donativos. Os demais instrumentos financeiros incluem apenas caixa e equivalentes de caixa.

d) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo índice de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Não compõem este saldo nenhum valor decorrente de receitas ou créditos vinculados a algum tipo de restrição que não o uso na operação normal da Entidade.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Estoques

A entidade não possui saldo de estoque, e não reconhece no seu balanço os bens oriundos de doações que tenham por finalidade a revenda em bazares, utilização em outros eventos ou futuras doações para os assistidos pelo CACS, que são reconhecidos exclusivamente pelo seu valor de venda quando comercializados.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição e não são depreciados em consequência, principalmente, da dificuldade de segregação dos valores depreciáveis (edificações) do total dos imóveis. Não foram reconhecidos nos saldos e controles da Entidade os bens, e benfeitoras, que, por ventura, foram recebidos por doações.

e) Passivos circulantes e não circulantes e não circulantes

Impostos a pagar e contribuições à recolher

Impostos a pagar refere-se ao imposto de renda sobre Férias, contribuições a recolher correspondente ao Imposto Nacional de Seguridade social (INSS) e FGTS.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que o recurso econômico seja referido para saldar a obrigação. As provisões devem ser registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

f) Doações

As doações são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência.

g) Aplicações e recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

h) Receita de subvenções

As receitas de subvenções referem-se aos valores recebidos da Prefeitura do Estado de São Paulo.

Observações: A receita não advém de cobrança de usuários.

i) Aplicações e recursos

"Os recursos da entidade são aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

3) Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2025	2024
Bancos	11.202	8.097
Poupança	221.141	157.906
Aplicações financeiras liquidez imediata	636.999	689.260
	869.342	**855.263**

Representa recursos financeiros mantidos para uso das operações da Associação.

Essas aplicações foram remuneradas com base em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbanco (CDI) sendo remuneradas a taxas que variam entre 75% e 95%.

Poupança remunerada pelo valor mercado.

4) Outros Créditos

Descrição	2024	2024
Adiantamentos férias	6.131	7.063
	6.131	**7.063**

5) Imobilizado

Movimentações durante o exercício de 2024.

Descrição	2024	Adições	Baixas	2025
Imóveis	73.629	-	-	73.629
Veículos	71.689	-	-	71.689
Máquinas e Equipamentos	17.886	58.392	-	76.278
Móveis e Utensílios	56.923	-	-	56.923
Equipamento Informática	-	3.299	-	3.299
(-) Depreciação Acum. Móveis	(112)	(335)	-	(447)
(-) Depreciação Acum. Maq e Equi	(1.341)	(6.605)	-	(7.946)
(-) Depreciação Acum.Equip.Inform	-	(440)	-	(440)
	218.675	**54.311**	**-**	**272.986**

6) Outras Obrigações a Pagar

Descrição	2025	2024
Fornecedores	-	5.104
	-	**5.104**

7) Obrigações Trabalhistas

Descrição	2025	2024
FGTS	8.649	8.020
INSS	7.579	6.310
IR Retido na fonta	2.643	2.955
Provisão para férias	89.374	60.875
Encargos	7.150	4.869
Acordos trabalhistas	5.000	10.174
Empréstimos	629	10.174

	121.024	**93.204**

8) Obrigações Fiscais e Tributarias

São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela empresa, sejam eles tributos próprios ou retidos na fonte.

Descrição	**2025**	**2024**
IRRF - Terceiros	-	12
Cofins a recolher	83	2.277
INSS retido a recolher	481	-
ISS retido a recolher	7	49
Pis/Cofins/Csll a recolher	65	6
ICMS Diferencial Aliquota	67	75
	703	**2.419**

9) Patrimônio Líquido

Descrição	**2025**	**2024**
Patrimônio Social	980.272	1.080.938
Superávit/Déficits do Exercício	46.460	(100.666)
	1.026.732	**980.272**

10) Receitas com restrições

A Entidade firmou um convênio junto a prefeitura de São Paulo que garante o repasse de verbas para dispêndio exclusivo com gastos no atendimento de idosos de acordo com rubricas determinadas pelo próprio ente municipal.

Descrição	**2025**	**2024**
Convênios Municipais PMSP – CDI	1.268.600	1.205.563
Total	**1.268.600**	**1.205.563**

11) Receitas sem restrição

Descrição	**2025**	**2024**
Doações espontâneas (1)	107.572	77.799
Associados (2)	26.341	32.318
Crédito Nota Fiscal Paulista (3)	351.028	297.959

Bazar e Afins (4)	207.452	183.492
Receita Editora (5)	5.789	11.841
Eventos (6)	65.595	73.909
Cestas Básicas (7)	24.380	31.470
Receita Liquida/ Lucro Bruto	**763.777**	**708.788**

(1) Doações espontâneas de pessoas físicas e jurídicas em dinheiro ou transferências bancárias;

(2) Contribuições de mensalidades dos associados;

(3) Cessão de créditos gerados pelo programa Nota Fiscal Paulista recebidos de pessoas físicas e jurídicas;

(4) Venda de produtos e artigos novos e usados produzidos por voluntários ou recebidos de doações;

(5) Direitos autorais e vendas de livros revertidos em prol da entidade.

(6) Eventos anuais em maio, agosto e dezembro.

12) Trabalhos Voluntários

Descrição	2025	2024
Voluntário - Presidente	3.697	3.697
Voluntário - Conselheiro	27.110	27.110
Total	**30.807**	**30.807**

Durante o exercício de 2025 a Entidade apurou recebimento de doações decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

13) Receitas Financeiras

Descrição	2025	2024
Rendimentos Aplicações Financeira	94.143	82.980
Total	**94.143**	**82.980**

Rendimentos oriundos da manutenção da aplicação de valores mencionada na nota explicativa número 3 (três).

17) Despesas (CDI) Dr. Ricardo

Descrição	2025	2024
Honorários PJ	94.038	25.198
Salários e Encargos	763.493	743.840
FGTS	73.361	82.112
Transporte	8.097	6.763
Alimentação	110.020	140.779
Uniforme - Vestuário	7.190	3.761
Copa e Cozinha	-	898
Material Escritório	5.199	5.752
Telefone	2.061	2.878
Conservação Bens e Instalações	6.047	498
Assessoria Contábil	14.160	18.490
Material uso e consumo, limpeza	98.383	72.244
Contribuição Assistencial/Sindical	100	-
Transporte Idoso	-	97.278
Assistência Odontológica	-	2.614
Oficinas	59.417	37.257
Energia Elétrica	21.862	20.149
Água e Esgoto	21.139	26.124
Condução e Taxi	3.952	4.499
Seguro Gerais	5.164	3.805
Despesas c/ Gás	8.055	9.794
Bens de pequeno valor	2.084	-
Festas/Confraternizações e Eventos	536	1.219
Materiais Diversos	4.876	-
Tarifas Bancários	-	27
Serviços Prestados - PJ	-	252.039
Conservação/ reparação/Instalações	-	62.890
Total	**1.309.235**	**1.620.884**

18) Despesas Administrativas e Gerais - (SEDE)

Descrição	2025	2024
Honorários PJ	158.796	130.633
Salários e Encargos	365.981	297.122
Alimentação	18.602	8.166
Curso e Treinamentos	1.867	-
Lanches e Refeição	4.856	19.761
Telefone	1.961	1.100
Cartório, taxas, emolumentos	52	281
Conservação Bens e Instalações	21.788	86.073
Assessoria Contábil	11.485	13.490
Condução e Taxi	619	-
Material uso e consumo, limpeza	8.400	8.961
Fretes /Carretos/Motoboy	43	-
Internet/Desenv e manut.site	746	-
Assistência Odontológica	-	1 624
Manutenção de equipamentos	1.950	876
Material de Escritório	2.219	1.656
Despesas Informática	-	826
Energia Elétrica	198	-
Serviços Jurídicos	10.850	-
Combustível/Pedágios/Estacionamento	6.223	4.893
Seguros Gerais	1.313	1.272
Despesas com veículos	3.910	4.711
Cesta Básica	56.966	96.886
Despesas Diversas	-	331
Bens de pequeno valor	2.800	15.650
Juros e multas	162	24
Despesas c/ cartão crédito	3.075	5.459
Livros	-	2.778
Festas/Confraternizações e Eventos	9.204	2.975
Postais e correios telégrafos	803	243
Depreciação	7.380	1.453

Despesas com contingências	41.767	28.088
Taxa Licença	348	890
Impostos e Taxas	713	985
Cofins s/ Rend Aplicações Financeiras	3.691	5.593
Diferencial de Alíquota	846	4.362
IOF	15	7
Despesas Bancárias	10.438	10.189
IRRF s/ Rendimentos Aplicações	10.316	14.532
Multa e Juros s/ Tributos	131	88
Despesas Tributária	313	-
Total	**770.825**	**777.115**